

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.892 - MA (2019/0140170-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MARIA CACILDA DE CARVALHO NOGUEIRA
AGRAVANTE : BENEDITO JORGE PINHEIRO NOGUEIRA
AGRAVANTE : JORGE CASSIO CARVALHO NOGUEIRA
AGRAVANTE : LUCAS HENRIQUE CARVALHO NOGUEIRA
ADVOGADOS : PETRONIO ALVES MACEDO - MA005346
ALFREDO NEWTON FELICIO LIRA - MA0011901
AGRAVADO : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : RENATO TADEU RONDINA MANDALITI - SP115762
ROSALIA AZEVEDO RIBEIRO E OUTRO(S) - MA009416
REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - MA011706A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DE VIDA. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA DE BENEFICIÁRIO. AUSÊNCIA DE COBERTURA. COBERTURA CONTRATADA SOMENTE PARA O PRÓPRIO SEGURADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pelo recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. No caso, o Tribunal *a quo* analisou expressamente as alegações relativas às cláusulas suplementares do contrato de seguro que tratam da cobertura em caso de invalidez funcional permanente e por doença e a exclusão de tal cobertura, caso referido evento ocorra com os beneficiários do segurado, de modo que não há falar em omissão ou contradição no julgado, mas sim de inconformismo da parte com a conclusão adotada no julgamento.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

